

INQUIETAÇÕES FEMINISTAS: desafios metodológicos e epistemológicos nos processos de pesquisa

Carmen Silva¹

Resumo

Este artigo discute métodos de pesquisa qualitativa nas pesquisas feministas. Parte da compreensão de que os estudos qualitativos sobre movimentos de mulheres podem contribuir com elaborações que revelem a diversidade de práticas sociais em diferentes contextos. Apresenta a reflexão sobre uma pesquisa empírica qualitativa acerca da atuação e organização de um movimento de mulheres – a AMB. Discute procedimentos de pesquisa adequados à pesquisa-ação e pesquisa participante.

Palavras-chave

Pesquisa qualitativa. Metodologia. Feminismo.

FEMINIST CONCERNS Methodological and Epistemological Challenges in Research Processes

Abstract

This article discusses methods of qualitative research in feminist research. Part of understanding that qualitative studies on women's movements can contribute elaborations revealing the diversity of social practices in different contexts. The article presents a reflection on a qualitative empirical research about the role and organization of a women's

¹ Educadora do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.

movement - AMB. It also discusses research procedures appropriate to action research and participatory research.

Keywords

Qualitative research. Methodology. Feminism.

“Caminhante, não há caminho,
o caminho se faz ao caminhar”.

Antonio Machado

A inquietação que me move para refletir sobre a pesquisa feminista nasce da atuação cotidiana no interior dos movimentos de mulheres e da busca teórica por uma elaboração sociológica, conectada com o contexto latino-americano no qual estamos inseridos, que crie possibilidades de analisar criticamente estas experiências. Esta necessidade me gera profunda inquietação epistemológica e metodológica. Preciso estar posicionada frente aos modos de produção de conhecimento de forma a me permitir um método de conhecer que se faça a partir das mulheres, numa relação sujeito-pesquisadora e sujeitos-pesquisados, sendo eu mesma parte do que quero conhecer. Este é o desafio deste artigo.

A perspectiva metodológica pela qual me oriento é a dos estudos feministas, que implica em um conhecimento situado, que seja capaz de articular militância política e produção do conhecimento. Articulação vista como fundante na construção da teoria social feminista (COLLIN, 2010 e SORJ, 1992). Pensando que a razão de existência do feminismo, enquanto movimento social, é a luta contra o patriarcado e que este conceito está enredado em uma trama que entrecruza as variáveis de classe e raça

(KERGOAT, 2010), convêm refletir sobre as formas de produção e reprodução deste sistema social. A compreensão sobre o patriarcado como um “sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”, no sentido dado por Sylvia Walby (apud GIDDENS, 2005), exige não apenas uma explicação consistente sobre as razões desta dominação como também sobre as formas como ela se expressa atualmente nos diferentes contextos sociais. Para além deste desafio, me interessa analisar as formas coletivas de resistência e enfrentamento aos vários aspectos deste sistema, o que me leva para o estudo dos movimentos sociais de mulheres e, em especial, aqueles identificados com o feminismo.

A teoria feminista se funda na interpelação do pensamento social em geral. Ela se propõe a uma crítica radical da modernidade como assentada na concepção de um sujeito sociológico universal, visto pelo feminismo como se tratando do sujeito masculino, e mais recentemente identificado como ‘sujeito masculino, branco e proprietário’, trazendo para o debate a referência às relações sociais de raça e classe que foi dominante no pensamento moderno.

Para entender como esta questão está colocada no debate sociológico é preciso aprofundar a noção de *sujeito* relacionando-a com a de *identidade*. Como ambas as noções incorporam vários sentidos, optei por refletir a partir da elaboração de Stuart Hall (1999). Hall apresenta três concepções de identidade referidas, respectivamente, ao sujeito do iluminismo, ao sujeito sociológico e ao sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um sujeito totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia no núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo - contínuo

ou idêntico a ele - ao longo da existência de um indivíduo. Na compreensão de identidade ligada ao sujeito sociológico o núcleo interior, embora continuasse existindo, não era visto como autônomo e auto-suficiente, era formado na relação com o Outro significativo. Esta visão tornou-se clássica na sociologia: a identidade formada na interação entre o eu e a sociedade. O núcleo interior permanece, como um eu real, só que continuamente modificado pela relação com o exterior. Esta noção dá estabilidade ao sujeito e às estruturas às quais ele está vinculado, sendo possível pensá-lo previsível (HALL, 1999). Neste sentido, foi possível construir a ideia de um sujeito determinado pelas estruturas e, portanto, com um papel pré-determinado no processo de transformação social.

Para Hall, com o qual concordo, as rápidas mudanças que têm ocorrido e que reorganizam o mundo a partir de novas noções de tempo e espaço, colocam em rediscussão o sujeito. A ideia é de que o processo de identificação também se tornou mais variável em um tempo mais curto, o que caracterizaria, para alguns, o sujeito pós-moderno.

Este processo produz o sujeito pós-moderno conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificados em torno de um eu coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada

do nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora narrativa do *eu* (HALL, 1999).

É perceptível que os elementos de discussão sobre o sujeito atualmente se encontram em parâmetros diferentes daqueles utilizados em períodos anteriores que marcaram a modernidade. Hall (1999) descreve cinco grandes contribuições da teoria social que tiveram impacto na constituição do sujeito moderno e cujo maior efeito teria sido o descentramento: o pensamento marxista de Louis Althusser, a teoria do inconsciente de Freud, a linguística estrutural de Ferdinand Saussure e a contribuição de Michel Foucault com a noção de poder disciplinar. O quinto elemento apontado por Hall é o feminismo, como crítica teórica e como parte dos chamados Novos Movimentos Sociais que emergiram na Europa associados ao ‘maio 68’ e no Brasil na passagem da década de 1970 para 1980. Tomo a reflexão sobre este quinto elemento, por ser objeto de minha preocupação.

Concordo com Hall quando ele diz que a contribuição teórica específica do feminismo foi a de politizar a subjetividade, a identidade e a vida cotidiana, questionando a separação entre público e privado. A esta constatação acrescento que a contribuição feminista gerou uma interpretação do sujeito como sexuado, ou seja, como situado a partir de sua condição sexual, não apenas como um fardo biológico, mas como uma situação historicamente construída.

A teoria feminista, em suas várias vertentes, tentou responder à questão “quais estruturas sociais e processos de interação mantêm a dominação masculina e a subordinação feminina?” (BRYM, 2006). Esta formulação, em si, já busca articular duas grandes vertentes da teoria sociológica: aquela que se funda na análise das estruturas sociais e a que

se baseia nas interações. As respostas a esta pergunta articulam-se com uma compreensão geral sobre os processos sociais e sobre a produção do conhecimento. Estas respostas conformam diferentes correntes do pensamento feminista e articulam-se também com a ação do movimento, em suas diferentes prioridades políticas, estratégias e modos de atuação. Elas dão maior ou menor ênfase a uns ou outros elementos identificados nas análises sobre dominação e exploração das mulheres: a divisão sexual do trabalho, o controle sobre o corpo e a sexualidade, a relação de poder entre homens e mulheres, a violência sexista, entre outros (CAMURÇA, 2007). A prática política e organizativa das mulheres também pode ser tomada como objeto de análise teórica e, ao mesmo tempo, alimentar as respostas que buscam explicar a situação das mulheres.

Vários sociólogos que se propuseram à exposição das distintas correntes sociológicas na atualidade já incorporaram a teoria feminista como parte desta construção (RITZER, 1993; TURNER, 1996; MAY, 2004; GIDDENS, 2005; BRYM, 2006; HALL, 1999; SANTOS, 2006; TOURAINE, 2007), o que, em si, já confere certo grau de legitimidade ao feminismo como teoria social, sendo todos estes homens produtores de conhecimento no Norte global. Entretanto, isso não tem implicado em uma reconstrução epistemológica capaz de pôr fim à tradicional dominação na produção e legitimação de conhecimento, continuando o feminismo a ser um conhecimento *das margens*. Apesar de entender isto como um problema que empobrece a teoria sociológica, assim como se dá em relação ao conhecimento eurocêntrico, entendo também que esta realidade possibilita ao feminismo uma perspectiva larga de diálogo multidisciplinar e ainda de inter-relação com distintas correntes teóricas, o que o torna mais complexo e com um campo aberto de possibilidades de explicação da situação das mulheres e de contribuição para os caminhos de superação da dominação e exploração aos quais estamos submetidas.

Hoje, no Brasil, um conjunto diversificado de organizações de mulheres impulsiona ações coletivas, a partir de diferentes problemáticas, reivindicando, propondo políticas e também conquistando direitos e gerando novas contradições na sociedade. Toda esta gama de organizações e redes de organizações se compreendem entre si e são compreendidas por outros como compoendo o que chamamos movimento de mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHHWEBEL, 2009; SCHERER-WARREN, 2008). Esta diversidade organizativa está presente no feminismo latino-americano, como se pode verificar nos relatórios dos encontros feministas:

O movimento se encontra expresso em todas as iniciativas antipatriarcais que as mulheres feministas desenvolvem nos diferentes espaços. [...] O feminismo como movimento social que pretende integrar um projeto de mudança na situação de opressão da mulher deve incluir dentro de seu agir todas as categorias que nos definem como pessoas, que integram como sujeitos, que fazem parte de nossa opressão global como mulheres. [...] Este feminismo se vai construindo em diversidade de formas [...] Essa heterogeneidade que reflete necessidades diferentes e diversos níveis de consciência exige encontrar demandas conjuntas para avançar na construção de um movimento amplo e autônomo (Relatório do 5º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, Argentina, 1990: 18-21).

Às várias correntes teóricas feministas não correspondem necessariamente as diferentes expressões político-organizativas do movimento feminista, embora guardem relação. Na América Latina, estudos sobre a construção histórica deste movimento apresentam

imbricações de várias vertentes teóricas no interior das articulações políticas. Na última década tem se fortalecido expressões político-organizativas que, em si, apresentam elementos novos para a teoria feminista. Refiro-me ao *feminismo negro* (CARNEIRO, 2005; WERNECK, 2005), ao *feminismo lésbico* (FALQUET, 2006), e ao *feminismo sindical* (SNMT-CUT, 2003).

A história do movimento feminista foi estudada, no Brasil, considerando as lutas sufragistas e por direitos à educação, na primeira metade do século XX. Posteriormente, o período aberto com a década de 1970, foi apresentado em várias análises, como um marco da organização do movimento feminista brasileiro (PINTO, 2003). Mais recentemente os estudos feministas têm, por um lado, discutido a situação das mulheres com fontes estatísticas e/ou de pesquisas de opinião (VENTURI, 2004), e, por outro, abordado temas que são referências fundamentais para compreender as críticas e proposições elaboradas no âmbito das organizações deste movimento, a exemplo dos estudos sobre violência, saúde, trabalho, aborto, etc. Poucos são os estudos que tem se debruçado sobre a constituição do movimento enquanto tal, sua dinâmica interna, suas formas de organização e participação e intervenção social e também sobre a miríade de formulações teóricas que o compõe, buscando entendê-las dentro do debate acerca da produção do conhecimento no Norte e no Sul, com foco na subalternidade.

Refletindo sobre pesquisa feminista

Na minha trajetória como pesquisadora, que está visceralmente articulada à atuação como *educadora popular* e ao fato de ser *militante feminista*, estive envolvida em algumas experiências significativas na pesquisa feminista e em pesquisas na área de movimentos sociais. Nos

mestrados tive oportunidade de realizar individualmente duas pesquisas. Na PUC-SP, no mestrado em História e Filosofia da Educação, em 1995, fiz uma pesquisa qualitativa, recorrendo para construção de dados a documentos, observação e entrevistas, sobre a política de formação de militantes do Partido dos Trabalhadores e sua relação com o ideário da Educação Popular baseada em Paulo Freire. Na UFMA, em 2001, no mestrado multidisciplinar em Políticas Públicas, pesquisei sobre o Centro de Cultura Negra do Maranhão, analisando, a partir de dados construídos com base em documentos e entrevistas, a relação entre organização e movimento naquela experiência de organização do povo negro.

Na vida profissional tive a oportunidade de participar em algumas pesquisas. A pesquisa ‘Movimentos Sociais no Nordeste’ (EQUIP, 2004), realizada pela EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares com duração de dois anos, foi uma experiência de pesquisa participativa envolvendo *educadores/as populares* de nove estados da região, que buscava analisar os modos de organização e atuação de 18 movimentos sociais no nordeste brasileiro². Desta feita, articulando para construção dos dados, além de entrevistas e documentos, a observação desenvolvida por educadores/pesquisadores/as em cada Estado e sistematizadas no processo educativo articulado à pesquisa, em oficinas regionais.

² Com estes critérios selecionamos 18 movimentos, sendo dois de cada estado da região nordeste: Sociedade Negra Quilombola e Aliança Classista das Associações de Bairro de Caxias no Maranhão; FAMCC – Federação das Associações Comunitárias e Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no Piauí; M H2O – movimento juvenil de hip-hop e MOPECE – Movimento de Pescadores do Ceará no Ceará; Fórum de Mulheres e Associação de Assentados da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte; Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na Paraíba; Associação Brasileira das Rádios Comunitárias – Abraço/PE e Associação dos Educadores e Escolas Comunitárias em Pernambuco; Central Estadual de Assentados e Pequenos Agricultores de Al – CEAPA e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR em Alagoas; Movimento Popular de Ecologia – MOPEC e Dialogay – movimento de homossexuais em Sergipe; e Quixabeira – movimento cultural e Neoger Okan – movimento negro, na Bahia.

A preocupação com a dimensão político-pedagógica neste processo orientou a opção pela metodologia de *pesquisa participante* de forma integrada com a *pesquisa ação*, como perspectivas metodológicas a serem adotadas. No entanto, algumas ressalvas são necessárias. A *pesquisa ação* costuma seguir uma metodologia que centra sua preocupação na construção de projetos de ação, relacionando o processo de investigação a uma ação educativa. Nesta pesquisa da EQUIP optamos por organizar um grupo de trabalho formado por nove pessoas da Rede de Educadores Populares, que realizaram a pesquisa com dois movimentos, em cada Estado, sendo que eles mesmos não eram parte destes movimentos. Portanto a perspectiva de ação tinha que ser entendida em um sentido ampliado, uma vez que eles formavam parte do conjunto dos movimentos sociais no Estado.

O processo consistiu em reunir este grupo em cinco *oficinas de pesquisa*, que tinham caráter educativo e de construção da pesquisa, em Recife, e na realização do trabalho junto aos Movimentos, nos Estados do Nordeste, que consistiu em contatos, pesquisa documental, entrevistas, chegando, no final, à elaboração de artigo analítico sobre cada movimento pesquisado. Nas oficinas trabalharam-se as questões teóricas e metodológicas necessárias à pesquisa, buscando articular rigor teórico com metodologia participativa, pesquisa com educação popular, conhecimento com organização social. O que nos interessou extrair da pesquisa participante são as dimensões dialógica-interativa e político-pedagógica, construindo a relação entre a ciência e a perspectiva militante dos pesquisadores; sua contribuição para promoção do debate, subsidiando a prática pedagógica e política dos/as educadores/as populares, que compõem a Rede de Educadores Populares do Nordeste e as entidades a que estão ligados.

Como optamos pela pesquisa participante, partimos no processo pedagógico dos pressupostos da Educação Popular, no que concerne a sua concepção pedagógica, para a qual a noção de sujeitos e sua formação como seres autônomos e críticos é fundamental. Para a concretização desses pressupostos na realização da pesquisa, foram fundamentais: a elaboração coletiva do projeto de pesquisa; as bases teóricas do estudo; as técnicas de construção e análise dos dados multivariadas e com instrumentais elaborados coletivamente; os relatórios de pesquisa como produção e sistematização do conhecimento e a sua discussão coletiva e, sobretudo, termos adotado oficinas como espaços pedagógicos para formação do grupo de pesquisadores populares, que buscaram ao mesmo tempo dar uniformidade às compreensões conceituais e metodológicas com as quais trabalhamos, aprofundando paulatinamente nossa aproximação com a teoria (SILVA, 2003).

Outra experiência relevante na qual participei foi a pesquisa ‘Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar’, realizada pelo SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia³, onde trabalho, em parceria com o MMTR-NE - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, um esforço feminista, que durou quatro anos, de produzir conhecimento sobre a situação de trabalho das mulheres nas unidades de produção agrícola familiar. Utilizamos como metodologia qualitativa a pesquisa-ação, a qual pode ser definida como

³ SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, na qual eu atuo, que se define como um coletivo político-profissional feminista auto-gestionário.

um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os/as pesquisadores/as e os/as participantes representativos/as da situação ou do problema estão envolvidos/as de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 1986: 14). No trabalho com a pesquisa-ação, segundo Thiollent (1985), há três propósitos a serem alcançados: a resolução de problemas, a tomada de consciência e a produção de conhecimento, existindo ‘realmente uma ação por parte das pessoas ou dos grupos implicados nos problemas sob observação’ e ainda o tipo de ação que é, de fato, uma ação problemática, merecendo investigação para ser elaborada e conduzida (PORTELLA e SILVA, 2006).

Ainda no SOS Corpo me envolvi em outra experiência de pesquisa, desta vez, em parceria com a organização Ação Educativa, de São Paulo, sobre ‘Educação Não Escolar de Adultos’, trabalhando com o eixo ‘educação não-escolar com mulheres’. Esta pesquisa, com duração de um ano de trabalho, foi desenvolvida tendo como material empírico para construção de dados apenas documentos. Dado ao seu objetivo de verificar a produção de conhecimento acadêmico sobre o assunto, a pesquisa foi feita a partir de dissertações e teses produzidas nos últimos quinze anos a este respeito (HADDAD, 2009).

Também no SOS Corpo, estive envolvida em 2012 em uma pesquisa sobre os instrumentos de democracia participativa tendo como foco a participação das mulheres. Trata-se de uma pesquisa que se articula com um projeto de ação em parceria com três outras organizações feministas no Brasil, Uruguai e Paraguai. Ela utilizou também

instrumentos de pesquisa qualitativa, construindo dados a partir de documentos e da técnica de grupo focal, com uma abordagem que chamo *grupo de discussão orientado por problematizações*.

A última pesquisa a que vou me referir, justamente a que escolhi para fazer o debate sobre pesquisa qualitativa neste artigo, é, talvez a mais simples na qual eu já estive envolvida. Entretanto, ela foi escolhida por dois motivos, o primeiro é porque pretendo fazer uma análise crítica sobre os procedimentos adotados e os resultados obtidos. Daí que tê-la realizado sozinha facilita eticamente esta empreitada. O segundo motivo deve-se ao fato de que ela guarda proximidade de objeto empírico com o meu projeto de pesquisa para o doutorado, ora em curso, qual seja, movimentos de mulheres, muito embora esteja um pouco distante em termos de problema e questões de pesquisa. Refiro-me a uma pesquisa feita em 2007 sobre a Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB.

Em 2007 realizei, em parceria com a Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB - e o SOS Corpo, uma pesquisa com o intuito de sistematizar a experiência de organização e atuação da AMB enquanto movimento social de mulheres. Este trabalho esteve articulado com processos semelhantes em cinco outros países do cone sul, na América Latina, organizados pela Articulacion Feminista Marcosur – AFM. O problema – a experiência da AMB – foi objeto de reflexão a partir da seguinte questão de pesquisa: no modo de funcionamento e atuação da AMB é possível detectar elementos constitutivos de um método próprio de auto-organização e de ação política?

O processo de pesquisa sobre a experiência da AMB pretendia também contribuir para a reflexão interna, realizada pelas próprias integrantes, sobre a sua organização, funcionamento, procedimentos adotados para ação pública e mecanismos de participação, como parte da sua consolidação como uma articulação nacional de movimento social.

Para isso, tomamos por fundamento, o feminismo como um pensamento crítico, mas também como uma prática política, que tem como foco principal a liberdade e a igualdade para as mulheres. O movimento feminista é, portanto, parte do movimento de mulheres, o qual congrega todas as formas de organização de mulheres em lutas por diferentes objetivos, vinculados a direitos (ÁVILA, 2005). Foi nesta perspectiva que o Comitê Político da AMB, em 2003, tomou a decisão de trabalhar com afinco para a consolidação da AMB como um movimento social, e é neste processo que se inclui esta pesquisa, razão pela qual trabalhei com a metodologia de pesquisa-ação.

A AMB é uma articulação política, não partidária, cuja origem está no esforço de organização do movimento de mulheres brasileiro, vivenciado no processo de preparação para a IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre ‘Mulheres, Desenvolvimento e Paz’, realizada em Pequim (Beijing), na China, em 1995. Ela tem, entre seus princípios, o respeito à autonomia organizativa e política dos espaços organizativos que a constituem. Estes espaços, organizados em cada Estado, são chamados redes, fóruns, núcleos ou articulações (SILVA, 2010).

Para respondermos à questão proposta no início deste processo de pesquisa-ação, qual seja, se há ou não um método próprio de organização e ação política na AMB, fez-se necessário resgatarmos um breve histórico desta articulação, seu processo atual de organização, suas pautas atuais e seus procedimentos comuns de ação política em torno da luta pelos direitos das mulheres. A partir daí é que foi possível discutir a existência ou não de um método e apontar lacunas e aprendizados vivenciados nesta

experiência de construção de uma articulação do movimento feminista no âmbito nacional, apontados pelos sujeitos pesquisados, os quais serviram de fonte para o retorno a sua ação política, conforme preconiza a metodologia de pesquisa-ação.

Ao assumir este projeto de pesquisa-sistematização, considerava-me envolvida com o objeto, mas tentei manter a vigilância epistemológica o suficiente para não perder a noção de que era um exercício no qual eu estava genericamente posicionada, mas sobre o qual eu não podia prever as conclusões. A contribuição de Bachelard (1996) no seu trabalho "A Formação do Espírito Científico" foi de grande valia para a percepção dos obstáculos epistemológicos que se impõem no próprio ato de conhecer. O exercício da pesquisa foi, portanto, uma oportunidade de ir além da experiência comum, imediata e sedutora, que já tenho com este objeto – a AMB - e buscar construir uma experiência científica que pudesse contribuir para uma nova percepção da realidade para mim e para este movimento e, com isso, possibilitar uma revisão de suas estratégias e/ou teorias. Como ensina Bachelard, um pensamento inquieto desconfia das identidades mais ou menos aparentes e exige sem cessar mais precisão e, por conseguinte, mais ocasiões de distinguir.

Entendo que as mulheres formam um grupo social, o qual está constituído por diferenças e desigualdades no seu interior, e penso que os estudos qualitativos podem contribuir com informações e elaborações que revelem a diversidade de práticas sociais em diferentes contextos e articulados a distintos problemas sociais. Neste sentido, refletir sobre a organização de um movimento de mulheres através de uma pesquisa empírica qualitativa, pode ser ao mesmo tempo, uma contribuição para a teoria social feminista e para o projeto político feminista.

A metodologia de pesquisa-ação foi desenvolvida baseada em um acordo prévio entre o sujeito-pesquisador, no caso o SOS Corpo e o

sujeito pesquisado, a AMB. O acordo teve por base a construção dos objetivos e do problema de pesquisa conjuntamente, sendo que precisar a questão de pesquisa ficou no encargo da pesquisadora. Um elemento central neste debate inicial que norteou o processo de pesquisa foi a possibilidade de uma leitura crítica do processo histórico organizativo deste movimento social, e a certeza de que as conclusões do processo poderiam não ser as desejadas pela coordenação nacional da AMB.

Adotei diversos procedimentos metodológicos nesta pesquisa e para fundamentar a reflexão, recorri a uma extensa pesquisa bibliográfica. Daqui por diante passo a descrever a minha compreensão atual sobre estes procedimentos, e, ao mesmo tempo, analisar criticamente o trabalho realizado por ocasião da pesquisa sobre a AMB. Defino esta pesquisa como uma pesquisa qualitativa embora compreenda que esta distinção usual entre quantitativo e qualitativo nos leva, muitas vezes, a erros de raciocínio, uma vez que há um *continuum* entre estas duas abordagens o que permite enxergá-las como complementares e não excludentes.

A ideia de pesquisa qualitativa discutida por Denzin (2006) apresenta-se como a prática de 'entender significados conferidos pelas pessoas ao mundo' e que ocorre a partir de um 'conhecimento situado'. Esta perspectiva combina perfeitamente com o que vimos discutindo até aqui sobre pesquisa feminista. Denzin, discutindo a partir de Jameson, situa a pesquisa qualitativa como

uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo. Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações, os lembretes. Neste nível, a

pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN, 2006, p. 17).

A noção de bricolagem apresentada por Denzin (2006) me pareceu bastante rica para trabalhar a perspectiva de que o objeto (ou, no meu modo de ver, os sujeitos pesquisados), por si, coloca exigências para uso de métodos e técnicas de pesquisa que favoreçam a sua interpretação. Todavia me preocupa a relação entre a multiplicidade de métodos e a necessária coerência teórica e epistemológica. No trabalho sobre a AMB, além da pesquisa bibliográfica, utilizei como caminho para construção de dados o método de observação, pesquisa documental, entrevistas semi-estruturadas e *grupos de discussão orientados por problematizações*.

Jean Poupart (2008) apresenta argumentos favoráveis à realização de pesquisas qualitativas baseadas em entrevistas, e associa a isso problematizações tanto de natureza epistemológica, como ético-políticas e metodológicas. Apresenta também uma discussão sobre princípios e estratégias necessários à entrevista qualitativa e possibilidades de reduzir os vieses ligados aos dispositivos de investigação, à relação entrevistador-entrevistado e ao contexto da pesquisa. Ele coloca em questão o mito da padronização e da não-diretividade na realização de entrevistas qualitativas, sejam elas estruturadas ou não.

Poupart refere-se a três dimensões fundamentais da entrevista qualitativa: a determinação do contexto na produção do discurso, o papel da subjetividade do pesquisador no processo de pesquisa e a influência dos processos de transcrição na produção de relatos etnográficos. A

questão que me mobiliza, entretanto, é a influência da subjetividade do pesquisado, na qualidade de informante chave e de produtor de discurso sobre o problema pesquisado. Este foi um elemento central da pesquisa realizada, uma vez que ficaram perceptíveis compreensões distintas, entre as entrevistadas, sobre a trajetória da AMB e também concepções sobre método de ação e organização política, o que exigiu que o texto final fosse construído apresentando, ainda que de forma sutil, estas diferenciações.

Uma das questões fortes sobre o método de observação em pesquisa qualitativa diz respeito à relação entre o pesquisador-observador e o objeto observado. Jaccoud e Mayer (2008) explicitam três modelos nos quais esta relação pode ser desenvolvida: o modelo de passividade ou retração, no qual o pesquisador reconhecendo a influência de sua subjetividade desenvolve procedimentos para buscar controlar as interferências e vieses; o modelo de impregnação no qual se gera uma superposição entre sujeito e objeto; e o modelo de interação onde se trabalha com a interação entre pesquisador e pesquisado como necessário à produção e interpretação dos dados, sendo este último mais ligado à perspectiva epistemológica construtivista. A pesquisa em questão pode ser compreendida à luz deste terceiro modelo, muito embora eu sempre venha nomeando a relação de pesquisa como uma relação sujeito-sujeito, ao invés de sujeito-objeto, dado à perspectiva epistemológica da pesquisa feminista sobre movimentos de mulheres que adoto.

Sobre o último modelo, Jaccoud e Mayer dizem:

No modelo da interação, que se insere em um procedimento construtivista, a pesquisa de campo possibilita dar conta de uma realidade, menos pelo fato de que o pesquisador chega a "sentir" o meio dos atores presentes, do que por ele *interagir* enquanto ator social. Nessa concepção não só o

distanciamento objetivo é impossível, como a manutenção de uma posição de exterioridade pelo observador paralisa a atividade de pesquisa (CHAUCHAT, 1985:92). No limite, não há mais sentido falar em observação, nesse modelo, uma vez que o termo sugere uma demarcação entre o objeto e o observador. A relação entre o observador e o objeto é despolarizada, e o observador é designado para um trabalho de explicitação das relações objetivas e subjetivas que o ligam ao objeto observado (BOURDIEU, 1978). A subjetividade não mais constitui um obstáculo, e sim uma contribuição. Trata-se, então, de favorecer a emergência de uma perspectiva de etnocentrismo crítico; isto é, uma perspectiva na qual o pesquisador toma consciência de seus próprios vieses culturais (DE MARTINO, apud DELLA BERNARDINA, 1989: 19). A equação pessoal é não somente a unidade de medida, como o núcleo de todo o procedimento cognitivo. (JACCOUD e MAYER, 2008, p 262).

Este modelo me pareceu interessante para o meu objeto de pesquisa no doutorado uma vez que quero estudar os movimentos sociais de mulheres auto-identificados como feministas, sendo eu mesma integrante de um movimento feminista e, ao mesmo tempo, para efeito desta pesquisa, tendo que me colocar na posição de pesquisadora. Inquieta-me, todavia, o fato de que estes modelos apresentados por Jaccoud e Meyer, me pareceram partir do pressuposto de que o/a pesquisador/a não tem contato anterior com o pesquisado, ou seja, que esta relação começa no ato de início da pesquisa. Este não é o caso quando uma pesquisadora pretende pesquisar algo do qual ela faz parte, em condições diferentes da que passa a assumir por ocasião da pesquisa. Esta

nuance me parece colocar outras exigências para o método de observação. Na pesquisa realizada com a AMB pude constatar, na minha própria experiência, como esta questão se apresenta na prática e as emoções que provoca, sendo um grande esforço manter a vigilância sobre si mesma para não posicionar-se baseada somente em percepções apriorísticas.

O processo de pesquisa bibliográfica incluiu o levantamento das principais obras teóricas e políticas construídas sobre o movimento feminista e de mulheres no país, compreendido entre o período iniciado na década de 1970 aos nossos dias. Entretanto, não incluiu as produções sobre temas e ações específicas desenvolvidas por estes movimentos, mesmo quando a atuação política era parte do problema em estudo. Isto não ocorreu pela exiguidade do tempo disponível de que dispus.

Na pesquisa sobre a AMB eu não fiz uma varredura completa da questão para verificar o *estado da arte* no campo científico, embora tenha ido além ao estudar publicações que não receberam este cânone, mas que tem forte influência sobre o movimento estudado. Refiro-me às produções do próprio movimento feminista, e das organizações que o integram.

A pesquisa documental diferenciou-se da bibliográfica por ser feita sobre documentos específicos da AMB que ainda não haviam recebido tratamento analítico, constituindo-se, portanto, em fontes primárias, conforme aludido por Pimentel (2001). A pesquisa documental realizada englobou a organização de materiais produzidos pelo próprio movimento, pesquisado sobre ele mesmo, ao longo do período em questão. Fiz um levantamento inicial no qual reuni relatórios, boletins e panfletos do período. Classifiquei-os a partir do problema da pesquisa, ou seja, quais apresentavam informações sobre a trajetória da AMB nas quais se sobressaíssem elementos sobre um possível método de organização e um possível método de ação política e quais não as apresentavam. Desta feita, passei a trabalhar apenas com aqueles documentos concernidos ao

problema. Melhor dizendo, com os extratos de documentos que apresentam informações e reflexões que pontuassem a discussão sobre o modo de organizar-se e o modo de atuar deste coletivo de mulheres.

Para construir dados a partir destes documentos busquei classificar as informações separando partes dos textos referentes à ‘ação’ e à ‘organização’. Elaborei estes dois indicadores a partir da questão de pesquisa e antes de iniciar as sucessivas leituras dos documentos, todavia, ao fazê-lo, percebi que duas outras chaves de leitura se impunham: elementos da trajetória histórica associados ao contexto político da época e elementos de reflexão própria sobre o modo de organização e de ação da AMB. De forma que o trabalho com os documentos me impôs uma abordagem mais alargada de trajetória histórica do que havia previsto ao iniciar a pesquisa.

Situação semelhante ao trato com os documentos ocorreu no momento de construir os dados a partir das entrevistas com integrantes da AMB que possuíam uma longa trajetória de atuação neste movimento. Jovchelovitch (2002) apresenta a entrevista narrativa como um método de geração de dados que dialoga com a experiência humana de contar histórias. As pessoas contam “histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e aos seus modos de vida”, diz ele. O autor discute as dimensões e as formas narrativas problematizando o enredo como o procedimento pelo qual pequenas histórias ganham sentido dentro da história maior. O enredo é tomado como o espaço de tempo que define o início e o fim da história, mas também como a forma de fornecer critérios para a seleção dos acontecimentos e seu ordenamento, de formas a construir o sentido da narrativa como um todo.

Ele destaca que a narrativa é uma forma de entrevista qualitativa, não estruturada e em profundidade, mas que funciona com base em um esquema autogerador implícito. Tal esquema consiste em uma *textura*

detalhada, na fixação da relevância e no fechamento da gestalt. Para conseguir uma versão dos fatos a partir do informante que seja menos imposta é necessário que a influência do/a pesquisador/a seja mínima. Daí porque o esquema de narração substitui o esquema pergunta-resposta típico da entrevista. O/ pesquisador/a necessita levar em conta algumas regras para obter uma narrativa que considerem como ativar o esquema da história, como provocar narração dos informantes e como conservar a narração em curso, uma vez iniciada, através da mobilização do esquema autogerador.

Por ocasião da pesquisa sobre a AMB eu ainda não conhecia a ideia de pesquisa narrativa como um método. Fiz, portanto, o que chamei *entrevistas em profundidade*, tendo como entrevistadas coordenadoras nacionais e coordenadoras de Fóruns de Mulheres⁴ de alguns Estados. Hoje percebo que utilizei dois estilos de entrevistas diferentes, sendo que posso perfeitamente, à posteriori, enquadrar aquele feito com as coordenadoras nacionais em entrevista narrativa e o realizado com algumas coordenadoras de fóruns estaduais em entrevistas semi-estruturadas.

As coordenadoras nacionais foram escolhidas em função do próprio lugar que ocupam na organização política, conforme salientado mais abaixo ao discutir grupo focal, mas também pelo tempo de participação ativa que a maioria tem na AMB e pela exigência de resgate da trajetória histórica que foi colocada a partir da construção dos dados documentais. Já as coordenadoras de Fóruns estaduais da AMB foram escolhidas sem um critério político e/ou metodológico preciso. Em função dos poucos recursos da pesquisa, fui instada a entrevistar algumas

⁴ Fóruns de Mulheres são os coletivos (agrupamentos) estaduais que integram nacionalmente a AMB. Em cada Estado e/ou capital estes agrupamentos congregam diversas organizações e grupos de mulheres e militantes feministas não atuantes em grupos específicos. Em alguns Estados estes agrupamentos são chamados Articulações, Redes ou Núcleos.

coordenadoras estaduais entre as que estiveram presentes em uma reunião nacional da AMB que aconteceu em Recife. Neste caso as condições de possibilidade se sobrepuseram à coerência metodológica.

O grupo focal, também utilizado de certa forma nesta pesquisa com uma adaptação metodológica própria, segundo Dall'agnol, é uma técnica que gera a “possibilidade de intensificar o acesso a informações acerca de um fenômeno, seja pela intenção de gerar tantas idéias quanto possíveis, seja pela averiguação de uma ideia em profundidade”. Ela permite captar “diferentes olhares a cerca de um fenômeno pelos sujeitos (...) desperta nos mesmos a elaboração de certas percepções que ainda se mantinham em condição de latência. A passagem desta condição à de elaboração-expressão ocorre no processo interativo que vai se estabelecendo no grupo” (DALL'AGNOL, 1999, pg 6.).

O grupo focal, neste caso, fez-se com uma adaptação baseada na metodologia de pesquisa-ação⁵. Foge um pouco dos parâmetros gerais estudados para grupos focais enquanto procedimentos metodológicos, embora esteja completamente de acordo com a concepção geral apresentada acima. Refiro-me a sua estruturação enquanto tamanho, duração, composição, escolha de local das sessões, etc. Discute-se grupos focais em si, articulado à noção de grupo operativo de Pichon Riviére (DALL'AGNOL, 1999) e grupos focais de intervenção (HASSEN, 2002), mas esta pesquisa não é passível de enquadramento em nenhum dos dois tipos. O grupo focal de intervenção pressupõe um trabalho educativo que orienta para ação. O grupo focal de pesquisa exige um conjunto de procedimentos que estabelece uma equidistância entre o sujeito pesquisador e o sujeito pesquisado, o que não era possível neste caso.

⁵ Utilizo o termo pesquisa-ação no sentido dado por Thiollent, já citado, mas poderia também utilizar a classificação de pesquisa participante de Brandão (2006) ou de Investigação-ação Participativa de Fals Borda (2006), que têm sentidos assemelhados.

Desta feita, desenvolvi o que nomeio de *grupos de discussão orientada por problematizações*. É um tipo de grupo focal de pesquisa, adequado à pesquisa ação e/ou pesquisa participante, apropriados para a apreensão de percepções de um dado coletivo sobre si mesmo e sua trajetória em comum, além de facilitar um processo reflexivo para este coletivo a partir de problemas sentidos por ele. Esta perspectiva metodológica guarda proximidade com a elaboração sobre ‘círculo de cultura’ de Paulo Freire para o âmbito da educação. Esta escolha se deve à perspectiva epistemológica de construção de conhecimento sobre si mesmo que embasa a metodologia de pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996) e, em especial, para pesquisa feminista sobre movimentos de mulheres.

Na pesquisa sobre a AMB o grupo de discussão orientada foi organizado tendo como participantes a coordenação nacional deste movimento social. Esta escolha se deveu à perspectiva epistemológica de construção de conhecimento sobre si mesmo que embasa a metodologia de pesquisa-ação (THIOLLENT, 1996). O grupo funcionou em um dia de trabalho, previamente organizado em função das integrantes serem oriundas de vários e distantes lugares do país, em uma sala com cadeiras em círculo. Desenvolveu-se com o processamento de debates, com falas livres, a partir de problematizações colocadas em causa pela pesquisadora, sobre as quais o grupo não tinha conhecimento prévio da formulação, mas cujo conteúdo era objeto de suas preocupações. Para cada problematização, numa sequência de quatro durante o dia, articuladas entre si de formas a tornarem-se cumulativas, abria-se um tempo de debate e reflexão entre as participantes.

A minha intenção inicial era, tendo construído o referencial teórico com base na pesquisa bibliográfica, usá-lo para categorizar os dados construídos a partir dos documentos, das entrevistas e do registro do grupo de discussão orientada. Em um segundo momento utilizaria o referencial

para analisar estes dados. Entretanto, este caminho não foi percorrido. Em função da ausência de financiamento específico para esta pesquisa e das condições de infraestrutura e pessoal da organização que a realizava, tive que interromper o processo sem realizar o aprofundamento analítico necessário, que estava previsto em uma segunda fase, e seria feito também em parceria com a coordenação nacional da AMB, a qual igualmente não dispunha de recursos que pudessem viabilizar esta continuidade. Apesar disso, o texto resultante da pesquisa foi utilizado como um instrumento de debate interno na AMB e subsidiou a coordenação nacional, na consulta nacional⁶, que foi realizada em finais de 2007 e início de 2008 sobre a sua forma de organização e funcionamento. Posteriormente o texto foi publicado e lançado no Encontro Nacional da AMB, em 2011, e distribuído para as 600 militantes feministas participantes do encontro (AMB, 2011).

Considerações Finais

Pensar a metodologia de pesquisa feminista exige adotar uma perspectiva epistemológica coerente com esta posição. Para discutir uma possível epistemologia feminista é necessário, todavia, resgatar, ainda que de forma muito sintética, como o debate epistemológico se deu na história das ciências sociais, para que seja possível compreender como o feminismo faz a crítica ao pensamento moderno. Guba (2000) apresenta um quadro sinóptico que organiza a tradição das ciências sociais a partir da teoria social hegemônica, apresentando como cada uma das teorias referidas discute a ontologia do ser e do mundo, a epistemologia e a

⁶ Consulta Nacional é um instrumento de participação interna na AMB para colher opiniões dos diversos agrupamentos estaduais a fim de formar um posicionamento nacional sobre uma dada problemática em questão.

metodologia. Ele faz referência às teorias positivistas, pós-positivistas, teorias críticas e aos construtivismos. Cito no plural com o intuito de expressar que cada uma dessas teorias corresponde a um campo teórico eivado por distintas correntes, e ainda saliento que, embora essas teorias possam ser compreendidas historicamente, não se limitam, necessariamente, a uma sequência temporal, visto que podem se desenvolver simultaneamente em tempos históricos distintos.

Apresentando esta perspectiva de modo bastante simplificado posso afirmar o positivismo como negação da metafísica. Aquele seria uma ciência nomotética, que busca leis sobre o mundo real, que separa sujeito e objeto e toma a realidade como acessível e passível de verificação e cuja epistemologia baseada no conhecimento da verdade utiliza o método indutivo, ancorado na observação, experimentação e comparação. Para o pós-positivismo o real também é passível de ser conhecido, só que parcialmente. Utiliza o método hipotético-dedutivo, aceita o subjetivo na formulação de hipóteses e submete estas hipóteses à análise quantitativa. Já a teoria crítica entende que o real existe, mas ele é histórico, por isso busca leis que explicam um período específico e não separa fato e valor. Aqui a produção do conhecimento é entendida a partir dos valores dados pelo lugar ocupado por quem produz o conhecimento na história. Ela utiliza a perspectiva qualitativa e o método dialético. Por fim, o construtivismo relativiza o real, o qual seria construído socialmente. Ele utiliza também métodos qualitativos e compreende que a produção do conhecimento ocorre de forma localizada.

A teoria feminista é, muitas vezes, entendida como parte do construtivismo, cuja ideia fundante, nas palavras “não se nasce mulher, torna-se mulher” de Simone de Beauvoir no “O Segundo Sexo” sincroniza-se perfeitamente com a ideia de não se tomar os fatos (ou fenômenos) como naturais, mas sim entendê-los como construídos

socialmente. Importa dizer, ainda, que as teorias feministas contemporâneas dialogam com as diversas vertentes epistemológicas das ciências sociais desenvolvidas ao longo da história, conforme apresentado acima.

Elizabeth Anderson (2003) ressalta três grandes tradições epistemológicas feministas: o empirismo, o pós-modernismo e a teoria da perspectiva (ou ponto de vista feminista). No debate teórico, o feminismo é muitas vezes dividido entre a perspectiva liberal, a marxista e a radical. O feminismo radical, o único que teria surgido descolocado de outros pensamentos políticos, gerou uma autonomia maior para o próprio movimento social (LOVELL, 1996). Entretanto, o feminismo radical tem sido alvo de críticas por ter aportado apenas na desconstrução do sujeito universal masculino; e o feminismo marxista tem sido criticado por ter aportado apenas na desconstrução do sujeito universal masculino e proprietário. Feminismos pós-coloniais têm feito a crítica do sujeito masculino, proprietário e eurocêntrico, e tem aberto espaço para o feminismo negro e indígena (LUGONES, 2008).

Lovell coloca o debate entre feminismo marxista e radical nos seguintes termos:

Para o feminismo radical, a opressão sexual é *sui generis*. As similaridades entre os sistemas patriarcais de gênero foram ressaltadas, as diferenças minimizadas. Os feminismos marxistas e socialistas eram, ao menos, conscientes (até demais, conforme as feministas radicais) das diferenças de classe que separam as mulheres umas das outras. Para as feministas radicais essas diferenças eram relativamente superficiais. Todas as mulheres sofriam, de forma mais ou menos aguda, a opressão deste sistema sexo-gênero que é o

patriarcado. À medida que passamos das preocupações do feminismo marxista para as do feminismo radical, aproximamo-nos igualmente de preocupações que são absolutamente centrais à teoria feminista e que o marxismo foi incapaz de abordar, porém afastando-nos da ênfase sobre as diferenças (LOVELL, 1996, p 8).

A clássica distinção entre concepções teóricas feministas que tinha como marcadores o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo socialista (ou marxista), se ampliou em função dos diálogos com a teoria crítica, a psicanálise freudiana e lacaniana, a fenomenologia, o pós-estruturalismo, a semiótica, os estudos culturais, o neo-marxismo e as teorias pós-coloniais. As distintas correntes teóricas feministas têm em comum o objetivo de compreender a experiência social a partir das mulheres, considerando estas como sujeitos e objetos de investigação em suas distintas e, para algumas, desiguais situações (LOVELL, 1996; LENGERMANN, 1993).

Desde distintos lugares de atuação teórica e política, várias feministas latino americanas têm interpelado ao feminismo dito hegemônico nesta região como sendo um pensamento colonial por estar fortemente articulado às teorias feministas produzidas nos Estados Unidos e na Europa, sejam elas liberais, radicais ou marxistas. Apesar desta crítica, há também um reconhecimento que nas últimas décadas o feminismo latino americano desenvolveu um pensamento crítico e uma ação política que tenta levar em conta as desigualdades de raça e classe nas quais vivem grande parte das mulheres latino-americanas. Minoso afirma que:

El abordaje planteado desde una perspectiva de inclusión, se evidenció desde el III Encuentro Feminista de América Latina y el Caribe celebrado en Brasil en 1985 en términos de la necesidad de que el feminismo incorporara la problemática de la mujer negra y a sus representantes (MINOSO, 2009, pg 2).

Para dar continuidade à reflexão e, quem sabe, instigar novas pesquisas, afirmo que o feminismo predominante na América Latina tem múltiplas faces e se renova a cada dia. No caso brasileiro, ao mesmo tempo em que seu surgimento é atribuído às mulheres brancas, de classe média, e se articula a partir de formulações oriundas do Norte (SARTI, 2004), é possível identificar em suas formulações divergências teóricas significativas que permitem aludir a interpretações feministas contraditórias entre si sobre a realidade das mulheres brasileiras, expressas, muitas vezes, nos trabalhos populares que realizam em suas organizações políticas (TELES e LEITE, 2013).

Refletir sobre pensamento pós-colonial e feminismo, a partir do contexto brasileiro, exige a discussão de um paradoxo: sendo o feminismo uma epistemologia contra-hegemônica em construção em relação ao conhecimento androcêntrico predominante na modernidade, baseado na ideia de universalidade, ele pode também ser entendido como hegemônico quando situado no contexto das experiências geo-históricas de subalternidade dos povos colonizados, como é o caso da América Latina? (MEZZADRA, 2008).

A crítica ao feminismo como hegemônico tem sido colocada no debate teórico-político pelos movimentos de mulheres negras, indígenas e lésbicas. Não tenho conhecimento sobre esta crítica ter sido colocada nestes termos pelas mulheres que se organizam a partir da classe social. Uma ideia forte no debate é a de que a epistemologia e a teoria feminista,

estabelecido no interior da cultura europeia e norte americana, teria apenas substituído o sujeito universal da modernidade – masculino, branco, proprietário – pela mulher, assim como o marxismo teria feito com o operário. A esta crítica o feminismo tem historicamente respondido com a noção de ‘mulheres’, no plural, compreendido como grupo social no interior do qual subsistem diferenças e desigualdades. Mas isto parece ser insuficiente, e mais recentemente, muitas teóricas feministas têm trabalho a noção de interseccionalidade e/ou de consubstancialidade entre as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, como construto teórico que possibilita explicar a situação das mulheres.

Entendo o feminismo, ao qual me filio, como uma teoria crítica construída a partir das mulheres, sobre a situação das mulheres e vinculada à perspectiva de transformação social; ao mesmo tempo entendo que este desafio não é uma obra teórica apenas, é sobretudo política, razão pela qual se trata de um feminismo engajado em processos de auto-organização das mulheres, como grupo social subordinado à exploração e dominação do sistema patriarcal, racista e capitalista forjado na modernidade. Ou seja, na construção de movimentos sociais de mulheres em luta por novas condições de igualdade e liberdade para nós todas, aspectos que devem ser considerados no processo de investigação.

Importa reafirmar a necessidade de aprofundamento e de ampliação da escala da pesquisa feminista, de formas a dar consequência ao debate que vai desde as técnicas e procedimentos metodológicos até a dimensão epistemológica, frente ao desafio de situar esta produção de conhecimento no interior dos desafios atuais da teoria sociológica, conforme discutido neste artigo.

Referências

AMB. Relatório do Encontro Nacional da AMB. Brasil, AMB, 2011.

ANDERSON, Elizabeth, "Feminist Epistemology and Philosophy of Science", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2003 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/archives/spr2003/entries/feminism-epistemology/>

ÁVILA, Maria Betânia. Feminismo e sujeitos político. In: SILVA, Carmen, ÁVILA, Maria Betânia, FERREIRA, Verônica. *Mulher e Trabalho*. Recife, Edições SOS CORPO, 2005.

BACHELARD, Gaston. *A Formação do Espírito Científico*. Trad.: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.

BENHABIB, Seyla (1995) *Feminism and Postmodernism: an uneasy alliance*. In: Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucilla Cornell, Nancy Fraser (eds.) *Feminist Contentions: a philosophical exchange*. Nova York e Londres: Routledge.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. *Pesquisa participante o saber da partilha*. Aparecida-SP, Ideias e Letras, 2006.

BRYM, Robert (et alli). *Sociologia sua bússola para um novo mundo*. São Paulo, Thonson Learning, 2006.

CARNEIRO, Sueli. *Ennegrecer al feminismo*. In: *Nouvelles Questions Féministes*, vol 24, n.02, 2005;

COLLIN, Françoise. Textualidade da libertação – liberdade de texto. In: Cadernos de Crítica Feminista, ano IV, n. 3, dez. 2010. Recife, SOS Corpo, 2010.

COSTA, Sergio. (Re) encontrando-se nas redes? AS CIÊNCIAS HUMANAS E A NOVA GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO. In: Estudos de Sociologia, Revista do PPGS-UFPE, vol. 16. N 02, Recife PE, jul-dez 2011, p. 25-43

DALL'AGNOL, C.M. e TRENCH, M. H. Grupos focais como estratégia metodológica em pesquisas na enfermagem. Revista gaúcha de enfermagem, Porto Alegre, v.20, n.1, 1999, p.5-25

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. Introdução. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S (Orgs.) 2006, O Planejamento da Pesquisa Qualitativa. 2ª. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, p.15-41 (cap. 1).

EQUIP. Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste. Série Educação Popular 2. Equip, Recife, 2004.

FALQUET, Jules. De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá, Brecha Lésbica, 2006.

FOUGEYROLLAS-SCHHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena etti alli (Orgs). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo, editora UNESP, 2009.

FALS BORDA, entrevista. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu. Pesquisa participante o saber da partilha. Aparecida-SP, Idéias e Letras, 2006.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. Tradução: Sandra Regina Netz. 4 edição. Porto Alegre, Artmed, 2005.

GUBA, E.G.; Lincon, Y.S.. Competing Paradigms in Qualitative Research. In: Dezin, Norman K.; Lincon, Y.S. (Ed.) Handbook of Qualitative Research. London, Sage, 2000, p. 105-117.

HADDAD, Sergio. Educação Não-Escolar de Adultos. Ação Educativa, São Paulo, 2009.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Grupos focais de intervenção no projeto sexualidade e reprodução. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 17, 2002, p. 159-177.

JACCOUD, M. & MAYER, R. (2008) A observação direta e pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução Ana Cristina Nasser. Rio de Janeiro: Vozes, p. 254-29

JOVCHELOVITCH, Sandra & BAUER, Martin W. & FLICK, Uwe. Entrevista narrativa e Entrevista Episódica. In: BAUER, Martin W. e GASKELL, George (eds.) 2002. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Petrópolis. Ed. Vozes, pp. 90-136

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: Novos Estudos. São Paulo, CEBRAP, março 2010.

LANDER, Edgar (org). A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur. Buenos Aires, Clacso, 2005

LANGERMANN, Patrícia Madoo e NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria Feminista Contemporânea. In: RITZER, George. Teoria Sociológica Contemporânea. 3 ed. Tradução: Maria Tereza Casado Rodriguez. Universidad de Maryland, Mc Graw-Hill, México, Cultura Libre, 1993.

LOVELL, Terry. Teoria social feminista. In: TURNER, Bryan S. Teoria social. Alges-Portugal, Difel, 1996.

LUGONES, Maria. Colonialidad y Género. In: Tabula Rasa, n 09, jul-dez 2008, Bogotá, pg 73-101.

MARTINS, Paulo Henrique. Sur e El Norte como experiências epistemológicas necessárias a la descolonialidad. In: Estudos de Sociologia, Revista do PPGS-UFPE, vol. 16. N 02, Recife PE, jul-dez 2011, p. 73-96

MAY, Tim. Pesquisa social questões, métodos e processos. Trad: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva. Pesquisa qualitativa e cultura. Petropolis, Vozes, 2005.

MEZZADRA, Sandro (Org.), Gayatri Chakravorty Spivak, Chandra Talpade Mohanty, Ella Shohat, Stuart Hall, Dipesh Chakrabarty, Achille Mbembe, Robert J. C. Young, Nirmal Puwar, Federico Rahola. Estudios

postcoloniales - Ensayos fundamentales. Madrid, Traficantes de Sueños, 2008.

MINOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad em los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de lãs hegemonias feministas em El espacio transnacional. Buenos Aires, Feminsmo latino americano, Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, vol. 14, n 33, jul-dec 2009

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo, Editora FPA, 2003.

PORTELLA, Ana Paula e SILVA, Carmen. Entre pesquisar e militar: contribuições e limites dos trânsitos entre pesquisa e militância feminista – ST 52. Florianópolis, Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

POUPART, Jean. A entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et alli. A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008, pp. 215-253

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade Del poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, set 2005, pg 227-278.

Relatório do 5º Encontro Feminista latino-americano e do Caribe, Argentina, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez, 2006.

SARTI, Cynthia Andersen. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. In: *Estudos feministas*, 12(2), Florianópolis, maio-agosto 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais na América latina – caminhos para uma política emancipatória?* In: *Cadernos CRH*, v.21; n. 54, Salvador, set-dez 2008.

SILVA, Carmen, ANDRADE, Flavio e RODRIGUES, Monica. *A pesquisa como processo pedagógico nos movimentos sociais*. Equip, Recife, 2003.

SILVA, Carmen. *AMB – Um jeito de ser e fazer movimento feminista*. Recife, SOS Corpo. 2010.

SNMT-CUT. *Mulher, participação e poder*. São Paulo, CUT, 2003.

SORJ, Bila. *O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade*. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez Ed./Autores Associados, 1986.

TOURAINE, Alain. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, Vozes, 2007.

TELES, Amelinha e LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à imprensa feminista – a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980).

WERNECK, Jurema. De ialodés y feministas, relflexiones sobre el accion de las mujeres negras em America Latina y el Caribe. In: Nouvelles Questions Féministes, vol 24, n.02, 2005.

Recebido em 12/2012.

Aprovado em 03/2013.